



MECANISMO AFRICANO DE
AVALIAÇÃO PELOS PARES



MECANISMO AFRICANO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

REINO DO LESOTO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PAÍS NO. 12



JUNHO 2010

1 Antecedentes do País

- 1.1 O Lesoto foi criado pelo Rei Moshoeshoe I cerca de 200 anos atrás. É uma das poucas monarquias constitucionais do mundo e em África é a única a este respeito. Os habitantes do país são bastante homogêneos em composição étnica-linguística, e a principal religião é o Cristianismo.
- 1.2 O Lesoto é um dos países mais pequenos de África, com uma população de 1.88 milhões (2006) e uma área total de 30,355 quilómetros quadrados. O país é predominantemente de economia rural com 76 por cento da população a habitar em áreas rurais. A pobreza é generalizada com cerca de 56.7 por cento da população a viver abaixo dos parâmetros de pobreza.³ O Lesoto está qualificado 138 dos 177 países (2007) em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (HDI). A expectativa de vida, que em 1990 era de 59 anos de idade, desceu e está estimada aos 42.4 anos (2006).⁴ A taxa de crescimento da população está em declínio, juntamente com a alta prevalência do vírus da Imunodeficiência (HIV) e o Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) (23,2 por cento), o que significa que os recursos humanos limitados do Lesoto estão constantemente a ser esgotados.
- 1.3 Lesoto tem dotes muito limitados em recursos naturais, incluindo as terras agrícolas e de pastoreio, mas é ricamente dotado com água e, em menor escala com diamantes e outros minerais. A água é o seu mais significativo recurso. Está a ser explorado pelo Projecto multibilionário de Águas de Terras Altas do Lesoto (LHWP).
- 1.4 Lesoto, Suazilândia, Namíbia e África do Sul também formam uma área de controlo monetário e cambial comum conhecida como Área Monetária Comum (CMA). As receitas da União Aduaneira da África Austral (SACU) fornecer muito do rendimento ao Lesoto. O Lesoto tem aproveitado a Lei Africana de Crescimento e Oportunidades (AGOA). No âmbito deste acordo, aos têxteis do Lesoto são permitidos o acesso irrestrito ao mercado dos Estados Unidos (EUA). A actual crise financeira está vinculada com o prejuízo do país em termos de redução do directo investimento estrangeiro (IED) e das quotas comerciais preferenciais, bem como o despedimento dos trabalhadores das minas na África do Sul.
- 1.5 Desde a independência da Grã-Bretanha em 1966, a história política do Lesoto tem sido dominada pela instabilidade, controvérsia e conflito, por vezes, a transbordar para a violência. Esta dinâmica incluiu três golpes de Estado (em 1970, 1986 e 1994) e 23 anos de governo não democrática (com inclusão de sete anos de regime militar). Desde o retorno à democracia multipartidária em 1993, o país passou por quatro eleições em intervalos de cinco anos, ou seja, em 1993, 1998, 2002 e 2007.



2 Resumo das conclusões nas áreas temáticas principais

Democracia e boa Governação política

- 2.1 A constituição do Lesoto de 1993 institucionalizou a monarquia constitucional, que é uma reafirmação do sistema tradicional de governação, o qual é altamente venerado e é baseado nos valores históricos e nos costumes do povo Bassuto. A constituição também significa que o povo Bassuto reconhece e aceita que a sua forma de governação tradicional deve coexistir com o sistema de governação legado pelo colonialismo. Sob esta constituição, o rei é o chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro é o chefe do governo. A posição do rei é hereditária e a ascensão ao trono é regulada pelo Escritório da Ordem Rei No. 14 de 1990. O primeiro-ministro é nomeado pelo rei em termos da seção 87, subsecção 2, da Constituição.
- 2.2 A legislatura é composta de duas casas, a Assembleia Nacional, que tem 80 membros eleitos e 40 representantes proporcionais (fazendo um total de 120), e do Senado, que é composto por 33 membros, 22 dos quais são chefes principais hereditários, com outros 11 a serem nomeados pelo rei aconselhado pelo Conselho de Estado. O Conselho de Estado é composto de altos funcionários do Estado com poderes estatais executivos, legislativos e judiciários, um chefe principal, bem como quatro intervenientes não estatais nomeados em virtude de suas habilidades e competências. O seu papel é o de aconselhar e ajudar o rei no exercício das suas funções.
- 2.3 A administração Judiciária é chefiada pelo chefe de justiça, e consiste no Tribunal de Relação, Tribunal Supremo, tribunais de magistrados e tribunais locais. Existe uma dupla base jurídica em que os tribunais acima mencionados usam a lei comum, ao passo que os tribunais tradicionais os chefes usam o direito consuetudinário.
- 2.4 O Lesoto assinou numerosos acordos internacionais, incluindo a Carta das Nações Unidas (NU), O Acto Constitutivo do UA, o Documento-Quadro Aprovado da NEPAD, e O Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADAC). Além disso, o país assinou outros acordos internacionais relacionados com o seguinte: o reconhecimento e a proteção dos direitos civis, políticos e culturais; direitos humanos (mulheres, crianças, discriminação racial, o estatuto dos refugiados, trabalho, educação, etc.); liberdade de associação política; guerra e conflito; crime; corrupção; e tráfico de seres humanos. No entanto, Lesoto regista um atraso na ratificação, domesticação e implementação e comunicação de informações sobre os vários acordos. O CRM foi incapaz de obter um registo atualizado dos acordos e dos estatutos da sua requisição.
- 2.5 O Lesoto tem dado passos importantes para resolver conflitos políticos internos por meio de consultas e diálogos que culminaram com a reforma do sistema eleitoral. A introdução no sistema eleitoral de 2002 com Membros representantes proporcionais (MMP) é amplamente creditado na maior parte com a



intensificação do diálogo aberto, conseguindo uma representação política mais inclusiva e mais ampla na Assembleia Nacional, e em geral para trazer a relativa paz que prevaleceu ao longo dos últimos anos. No entanto, há um forte sentimento de que é preciso haver institucionalização de mecanismos locais, bem como o desenvolvimento de capacidades para a mediação de litígios e para a resolução de conflitos, que deverá envolver o IEC e os partidos políticos, as igrejas, líderes tradicionais, e participantes locais não estatais.

- 2.6 Os conflitos institucionais que envolvem as diferentes estruturas estatais foram abordados através de reformas no sector da segurança que envolveram o estabelecimento do controle civil das forças armadas e da polícia, em linha com o restabelecimento da ordem democrática em 1993. As reformas levadas a cabo a partir de 1996 procuraram esclarecer as funções do comando, controle e administração militares e introduziu um processo de despolitização e profissionalização das Forças de Defesa do Lesoto (LDF). Também foram introduzidas medidas de reforma similares destinadas a melhorar a organização, administração e disciplina dos serviços policiais.
- 2.7 O Lesoto normalmente entende que existe uma regra constitucional na medida em que os seus acordos e práticas institucionais são guiados pela constituição do Lesoto de 1993. Contudo, o conceito de separação de poderes é interpretado de maneira diferente do termo da definição clássica da cultura ocidental por causa da importância do rei na governação do país. Como um líder tradicional, o rei é importante para a governação do Estado nacional. O monarca é considerado como o unificador da nação do Lesoto.
- 2.8 A realidade é que o Lesoto expressou compromisso político mediante a assinatura de vários convénios relacionados com a promoção e a proteção dos direitos e liberdades humanas. No entanto, as deficiências nos processos de ratificação, domesticação e implementação significam que as mulheres, Sumário Executivo de 5 homens, crianças, jovens, trabalhadores, pessoas portadoras de deficiência, e outras pessoas vulneráveis não são capazes de desfrutar plenamente dos direitos que deveriam ser garantidos no âmbito desses acordos. Embora as limitações de capacidades humanas e as restrições financeiras e institucionais muitas vezes tenham sido responsabilizadas por este mau estado de implementação, as boas prática e intenções políticas parecem ser inatingível.
- 2.9 Existem sinais encorajadores nos domínios da governação democrática e política, que incluem a consolidação de uma monarquia constitucional, o restabelecimento do controlo civil sobre as forças armadas e sobre a polícia, as reformas eleitorais, resolução pacífica de divergências políticas, bem como a criação de imposições democráticas a instituições, tais como o IEC, o Provedor de Justiça, o Directorado de Corrupção e Criminalidade Económica (DCEO), a Autoridade de Reclamações contra a Polícia, etc. No entanto, Lesoto ainda se está a confrontar com desafios complexos.
- 2.10 Primeiramente, existe uma persistente ameaça de conflito político interno que pode ser incentivado por intrapartidários e tensões interpartidárias que possam desviar o governo das suas operações normais. Em segundo lugar, existe um dominante órgão executivo do governo, que está insuficientemente



compensado por um fraco Parlamento e não está a ser suficientemente responsabilizado por instituições de supervisão que a eles estão subordinados. Em terceiro lugar, o serviço público não dispõe de capacidade, não é capaz de eficientemente prestar serviços públicos e é amplamente irresponsável. A descentralização é incompleta, sofre de limitações de capacidade e é caracterizada por debilitantes tensões entre os conselhos recém-criados e as autoridades tradicionais. A responsabilidade pública, o que é problemático, é acompanhada por nepotismo e corrupção. Entretanto, os mecanismos de combate à corrupção são fracos e ineficazes. A falta de responsabilização é amplificada pela incapacidade do Lesoto a ratificar, domesticar, implementar e informar sobre os vários acordos, normas e códigos internacionais que assinou. Este é associado a atrasos em aprovar os projetos para reformar o sistema judiciário, e o facto de que as políticas públicas são adoptadas, mas não necessariamente implementadas. Todos estes factores fazem parecer que Lesoto não honra os seus compromissos.

- 2.11 Outros desafios emanam da peculiar situação geográfica e económica do Lesoto. É uma economia de enclave altamente dependente da ajuda externa. Uma pequena economia de dependência externa enfrenta o risco de ter a sua democracia e a sua agenda de governação política determinada por poderosas forças externas. Por isso, surgem questões a respeito de até que ponto pode o Lesoto determinar e ser senhor das suas políticas e práticas nacionais, e se o país pode resolver os seus problemas de pobreza, de desemprego, e de VIH e SIDA, com a finalidade de promover o desenvolvimento. Contudo, o CRM reconhece a vontade política e a confiança do Lesoto para superar os obstáculos no seu caminho e desenvolver-se como uma nação unida e próspera.
- 2.12 O Painel APR recomenda que o Lesoto: sujeite acordos internacionais ao escrutínio parlamentar e a discussões antes da adesão, e que faça esforços conjuntos para ratificar e domesticar para a legislação nacional as disposições dos tratados internacionais, convenções e pactos; desenvolva uma arquitetura integral de paz nacional que inclua estruturas e instituições para a gestão de conflitos nacionais, distritais e ao nível da comunidade; reforce as capacidades da IEC e partidos políticos para a gestão de conflitos através do desenvolvimento de estratégias e mecanismos para o diálogo interpartidário; reforce a democracia constitucional e a separação de poderes, reiterando a independência operacional das diversas instituições de governação; reforme o Conselho de Estado para refletir na composição e dinâmica do Lesoto, incluindo representantes da sociedade civil; reforce o poder judicial, aumentando o número de juizes e pessoal de apoio; promulgue todas as contas pendentes; reveja o processo de descentralização, com o objetivo de identificar as medidas que poderiam acelerar a sua institucionalização e proporcionar segurança no que diz respeito ao seu rumo; e melhore a promoção e protecção dos direitos e liberdades humanos através da criação de uma comissão dos direitos humanos e aumentando a sensibilização para as questões dos direitos humanos através da educação pública e da disseminação de informação.

Governação económica e de gestão

- 2.13 As elaborações das políticas económicas no Lesoto têm sido historicamente influenciadas principalmente pela geografia, acordos de integração regional e por especiais acordos comerciais.



Tendo em vista o impacto avassalador desses factores, os sucessivos governos do Lesoto parecem (até recentemente) ter pouco incentivo para conceber e implementar as estratégias de desenvolvimento económico a longo prazo, para abordar as restrições fundamentais relacionado com crescimento e o desenvolvimento sustentável no país.

- 2.14 O Lesoto é sobretudo um país montanhoso com terras aráveis estimadas em apenas 9 por cento da sua área total de 30.335 quilómetros quadrados. Porém, a agricultura proporciona emprego e rendimento para a maioria da população do país.
- 2.15 O Lesoto é um país que é totalmente cercado por um outro país - África do Sul. Portanto, mesmo na ausência de quaisquer acordos formais, estratégias de desenvolvimento do Lesoto, e de investimento e políticas comerciais, têm sido intimamente influenciados pela África do Sul. Isto fornece uma forte justificativa para o país se envolver em acordos de integração regional. Para além da adesão da SADC, o Lesoto é um signatário da SACU e do CMA, que compreende a África do Sul, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Os acordos com a SACU preveem a partilha de receitas aduaneiras entre os países membros do acordo com uma fórmula determinada. A receita da SACU contabilizou anualmente mais de 50 por cento da receita pública do Lesoto durante o período de 2002 a 2008 e é, portanto, um dos principais determinantes de ambos, a despesa pública e renda nacional.
- 2.16 Segundo o acordo do CMA, o Banco de Reserva da África do Sul determina a taxa de câmbio do rand e o Loti é mantido a par com o rand, que também é moeda corrente no Lesoto. O CMA também permite o movimento sem restrições de capitais entre Estados-Membros. Isso reduz os custos de transacções e riscos cambiais no que diz respeito às trocas comerciais entre Lesoto e África do Sul, diminui a volatilidade da taxa de câmbio por indexação da moeda nacional, uma moeda relativamente estável, e incentiva a disciplina orçamental e a melhoria da gestão de reserva no Lesoto. Assim, a taxa de juros e a dinâmica da inflação no Lesoto e África do Sul estão intimamente relacionadas. No entanto, os arranjos institucionais do CMA não permitem ao Lesoto o exercício de uma política cambial independente. O papel da política monetária está confinada para a manutenção da estabilidade dos preços e reservas internacionais adequadas para apoiar a taxa de câmbio rand / loti. O CBL também utiliza operações de Mercado livre para controlar a liquidez interna através da compra e venda de títulos do Tesouro.
- 2.17 Outros arranjos externos com impacto sobre a governação e a gestão económica no Lesoto incluem o Acordo Multifibras (MFA) e do AGOA.
- 2.18 Apesar das suas limitações físicas e das limitações no seu escopo de políticas económicas independentes, o quadro de políticas e estratégias de desenvolvimento do Lesoto que são realizados no âmbito destes acordos e têm sido geralmente bem-sucedidos em manter a estabilidade macroeconómica, a promoção do crescimento económico e a criação de postos de trabalho como um passo para a redução pobreza. Produto interno bruto (PIB) por capita cresceu a uma taxa média anual de 3,86 por cento entre 1990 e 2006. Ao mesmo tempo, o enquadramento macroeconómico ajudou o



Lesoto a controlar a inflação e a mantê-la numa taxa baixa, de um só dígito durante a maior parte da última década. Além disso, desde 2004, o país manteve excedentes fiscais e de contas.

- 2.19 O Lesoto tem vindo a implementar várias reformas e medidas para eliminar a rigidez estrutural no sector financeiro e aumentar os empréstimos ao sector privado. Estes incluem a criação de um tribunal comercial, a promulgação da Lei de Instituições Financeiras (FIA) e a Lei do Banco Central, a reestruturação do antigo Banco do Lesoto, e o estabelecimento da Corporação Nacional de Desenvolvimento do Lesoto (LNDC) e a Corporação de Empresas de Desenvolvimento do Bassuto (BEDCO). Porém, o acesso ao crédito continua a ser limitado, especialmente nas áreas rurais e para as empresas indígenas, e intermediação financeira é reduzida. Todos os principais bancos comerciais no Lesoto são filiados aos bancos com sede na África do Sul. Devido a riscos e contrapartidas de retorno, os bancos comerciais, preferem investir mais em títulos de tesouro que nos empréstimos a investidores privados.
- 2.20 Ao longo dos anos, o Lesoto tem contado excessivamente nas receitas da SACU como sendo a principal fonte de receita, uma vez que a contribuição de receita interna permanece reduzida. O orçamento público é caracterizado pela grande dependência da ajuda e receitas da SACU e nas baixas taxas de implementação, especialmente em relação às despesas de capital. Os excedentes orçamentais elevados registrados entre 2003 e 2008 foram apenas um reflexo da incapacidade de implementar projetos de acordo com os planos. Assim, a despesa pública reais são muitas vezes distorcidas para itens de despesas correntes, e os atrasos na implementação do projeto significam que os défices de infraestrutura continuam a restringir as oportunidades de investimento e a eficiente prestação de serviços. Todos os anos, a subutilização do orçamento é normalmente relatado por departamentos governamentais. Isto tende a dar a impressão de prudência fiscal, mas, na realidade, não é nada mais do que a capacidade limitada por parte desses departamentos para implementar suas propostas orçamentárias.
- 2.21 Os acordos de integração regional implicam que os produtores e trabalhadores no Lesoto têm acesso irrestrito aos grandes mercados de produtos e de trabalho Sul-Africano. O número de Bassutos a trabalhar no sector de mineiro na África do Sul era de 127.000 em 1990 e 50.100 em 2007. Estes trabalhadores transferiram para o Lesoto mais de 70 por cento dos seus rendimentos anuais (estimados em M3.5 milhões em 2007), principalmente para sustentar suas famílias. Empresas Sul-Africanas e os bancos são uma importante fonte de investimento e de capital, bem como o emprego dentro Lesoto. As remessas de trabalhadores estão actualmente em declínio, como resultado de demissões dos mineiros do Bassutos na África do Sul. Isto está a agravar ainda mais uma já crítica situação desemprego. A taxa de desemprego mantém-se criticamente alta, em cerca de 30 por cento, enquanto a pobreza continua a ser elevada à taxa estimada de 56,7 por cento em 2007.
- 2.22 O quadro político no Lesoto é construído sobre alguns pilares fundamentais. Estes são o quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o Documento para Estratégia de Redução de



Pobreza (PRSP), a Visão 2020 e a nova estratégia de crescimento. Sua combinação fornece uma estrutura para o planeamento acelerado e crescimento sustentado, o desenvolvimento do sector privado e a redução da pobreza. Recentemente, o governo pôs em prática o Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF) como um meio de melhorar as relações entre os processos orçamentais e as estratégias gerais de desenvolvimento, tais como o PRSP e o ODM. O MTEF foi implementado nalguns ministérios na preparação do orçamento de 2005/2006.

- 2.23 Com a finalidade de desenvolver um quadro institucional favorável ao crescimento acelerado e a uma melhor prestação de serviços, Lesoto promulgou a Lei e os regulamentos do Governo Local e realizou eleições municipais em 2005. No entanto, as estruturas governamentais locais continuam consideravelmente dependentes do governo central. Eles consolidaram orçamentos e planos de desenvolvimento e o governo ainda não tem harmonizadas leis e regulamentos que lhes permitam exercer as suas funções na recolha de receitas.
- 2.24 Embora Lesoto tenha adoptado várias políticas e reformas institucionais, com a finalidade de melhorar a transparência, previsibilidade e credibilidade das políticas económicas, as significativas lacunas de implementação persistem. Essas lacunas são visíveis na prestação de serviços e na execução do orçamento. As limitações de capacidades humanas e institucionais são em grande parte responsáveis por estas lacunas. O processo de preparação do orçamento é uma prerrogativa exclusiva do governo. A participação das partes interessadas só ocorrerá após ratificação do processo pelo Parlamento.
- 2.25 O Lesoto promulgou várias reformas institucionais para melhorar a gestão do sector público. A gestão de Finanças Públicas e a prestação de contas, não conseguem muitas vezes aderir às exigências institucionais. Os Ministérios são frequentemente incapazes de atempadamente apresentar contas para auditoria e há preocupações em relação à falta de vontade política por parte do Parlamento e do governo para obrigá-los a cumprir as suas obrigações jurídicas.
- 2.26 Da mesma forma, o país adoptou numerosos actos e estatutos e criou instituições como o Comité de Contas Públicas (PAC), o DCEO e do Gabinete do Auditor Geral (OAG) para combater a corrupção e a lavagem de dinheiro. Mas os maiores desafios estão na lenta implementação desses actos. Existem graves desafios institucionais em matéria de luta contra a corrupção, incluindo uma deficiente aplicação da lei, a falta de pessoal e os recursos limitados dos órgãos de combate à corrupção. Na realidade, a inadequada capacidade humana, parece ser um factor que restringe a eficiência através destes corpos.
- 2.27 Embora os actuais acordos de integração institucional do Lesoto limitem o âmbito de uma política económica independente, conferem benefícios significativos ao Lesoto. A facilitação de acordos comerciais, os investimentos e actividades transfronteiriças como o turismo. Para além da dotação orçamental anual de mais de 50 por cento da receita pública do contingente do SACU, o Lesoto recebe entre 40 a 60 milhões de rands por ano em remuneração da circulação do rand no país.



- 2.28 O acordo de integração regional é sem dúvida o mais ideal para Lesoto tendo em consideração seu tamanho e sua localização geográfica dentro África do Sul. O desafio para Lesoto é o de projetar e implementar políticas adequadas que lhe permitam participar mais significativamente em acordos de integração económica e de alargar a sua base de mercado. Além de perseguir acordos comerciais preferenciais, encontrar um nicho e aumentar a concorrência, são a chave para o progresso a este respeito.
- 2.29 O Painel do APR recomenda que Lesoto melhore a sua atempada e coerente elaboração e a compilação de dados, que está em conformidade com as normas internacionais. O país também deve prosseguir os seus esforços em áreas como: formulação e implementação de políticas; mobilização de recursos internos e a melhor utilização das receitas; melhorar o ambiente de investimento, a fim de atrair o investimento nacional e estrangeiro; capacitação para a melhoria da gestão do sector público; implementação da descentralização; fortalecer as instituições de combate à corrupção e branqueamento de capitais; e Resumo Executivo 9 da promoção de estratégias para maximizar os benefícios da integração regional e mitigar seu impacto negativo de choques externos sobre a economia doméstica.

Governança Corporativa

- 2.30 O Lesoto subscreve as oito normas e códigos internacionais e regionais de avaliação da governança corporativa, mas regista-se uma grande falta de progresso na sua implementação. Não existe um código nacional de governança corporativa. Algumas instituições estão activas na promoção da governança corporativa, nomeadamente a CBL e o Instituto de Contabilistas do Lesoto (LIA), mas, em geral, o nível de conscientização sobre as questões de governança corporativa e de responsabilidade social corporativa (CSR) é baixa.
- 2.31 O ambiente de negócios no Lesoto é caracterizado pelo sector privado e por organizações paraestatais. O sector privado é repartido entre o transporte, manufactura, mineração, serviços bancários e financeiros, bem como o fornecimento de bens e serviços. O perfil de empresas do Lesoto é o seguinte: micro (65 por cento), pequenas (20 por cento), médias (12 por cento) e grandes (3 por cento). Destas empresas, 75 por cento encontram-se em serviços, 24 por cento na fabricação e 1 por cento nas indústrias primárias. Em 2006, a posse de empresas foi relatada como 69,4 por cento de Bassutos proprietários, com os asiáticos a possuir 16,5 por cento, os sul-africanos 5,9 por cento e outros 8,2 por cento.
- 2.32 O quadro jurídico e regulamentar da actividade inclui os seguintes diplomas: a Ordem das Empresas Comerciais (1993); o Regulamento de Empresas Comerciais (1999); a FIA (1999); A Ordem de Financiadores (1989); a Lei das Sociedades (1967, alterado em 1984 e 1989); A Proclamação de Parcerias (1957); e a Proclamação da Insolvência (1957). O regime fiscal é regulado por instrumentos legislativos, nomeadamente das Leis Alfandegárias e Impostos Especiais (1982), a Lei de Imposto de Rendimento (1993) e Imposto sobre Valores Acrescentados (IVA) de 2001. A eficácia dos estatutos



acima mencionados é dificultada pela antiguidade da maioria das leis. É elogiável que uma série de leis estejam actualmente em fase de revisão, incluindo a Lei de Sociedades de 1967, a Lei de Contabilistas e da Lei da Segurança. Vários outros instrumentos legislativos, pertinente ao negócio, tais como credores e legislação relativa à concorrência, estão também a ser promulgados. No conjunto, porém, o processo legislativo é excessivamente longo, em parte devido a limitações de capacidade e inércia institucional. Por exemplo, a revisão da Lei de Sociedades Anônimas e do Estatuto da Terra durou cerca de cinco anos.

- 2.33 Outros constrangimentos para um viável enquadramento empresarial incluem infraestruturas inadequadas e o do desenvolvimento do capital humano, a fraca capacidade de gestão de desenvolvimento, o impacto do HIV e SIDA, bem como as deficiências institucionais, incluindo os pouco sólidos direitos de propriedade, os atrasos na resolução de disputas comerciais e o inadequado acesso ao financiamento.
- 2.34 A constituição do Lesoto, na seção 36, exige que o país a proteja o meio ambiente, e o país está vinculado a convenções ambientais internacionais, incluindo a Declaração do Rio de 1992 das Nações Unidas. Apesar disso, o Lesoto ainda enfrenta desafios ambientais, como a poluição, a expansão de colonatos urbanos, a mineração descontrolada e a má gestão de resíduos.
- 2.35 Os padrões laborais no Lesoto são geralmente considerados relativamente bons. Isto é atribuível aos esforços individuais e coletivos por parte do governo, dos sindicatos e dos compradores internacionais, tais como a organização não-governamental (NOG), Dutch Clean Clothes Campaign (Campanha Holandesa das Roupas Limpas). Embora a Legislação Laboral no Lesoto seja muito robusta, há uma necessidade de intensificar a sua aplicação. As Partes Interessadas salientaram fábricas têxteis e de vestuário, onde seguras condições de trabalho nem sempre são mantidas. Além disso, uma taxa de infecção extremamente alta de HIV e SIDA entre os trabalhadores de vestuário têm levado a conflitos sobre benefícios, como licença por doença e funerais.
- 2.36 As corporações como a Autoridade de Desenvolvimento da Terras Altas de Lesoto (LHDA) possuem programas de responsabilidade social, tais como avaliações de impacto ambiental (EIA) para mitigar o efeito dos projectos sobre as pessoas e o meio ambiente, bem como programas de desenvolvimento para ajudar as comunidades com projectos geradores de rendimentos. As associações têxteis e empresariais, através de iniciativas de HIV e AIDS, abordam os aspectos de prevenção e de cuidados e o tratamento de trabalhadores e de suas famílias. No entanto, o CSR ainda é amplamente visto como filantrópico e não suficientemente estruturado para confrontar os desafios sociais enfrentados pelo país.
- 2.37 Em termos de parcerias público-privadas (PPP), este é ainda um terreno emergente. No entanto, o ministro das finanças, no seu discurso sobre o orçamento de 2009/2010, articulou a intenção do governo do Lesoto para planear um quadro claro para a utilização dos produtos fitofarmacêuticos (PPP) com a finalidade de financiar e operar projetos de infraestrutura pública para a prestação de



serviços públicos. Embora as relações entre o sector privado e o governo tenham vindo a melhorar ao longo dos anos, segundo a Câmara de Comércio e Indústria do Lesoto (LCCI) e a Câmara Empresarial de Mohloli (MCB), o sector privado é da opinião de que não tem os indispensáveis fóruns consultivos para influenciar as decisões do governo.

- 2.38 O celebre LHWP que tanto envolveu protagonistas locais como internacionais concentrou a atenção mundial sobre os esforços do país na luta contra a corrupção. O Lesoto promulgou a Lei da Prevenção da Corrupção e Infracções Económicas (PCEO) de (1999), administrado pelo DCEO. Já existem defesas adequadas à legislação relativa ao branqueamento de capitais. Apesar da existência dessas medidas e instituições, as percepções são de que a corrupção ainda é um problema no Lesoto e que está a aumentar.
- 2.39 Em relação ao comportamento das partes interessadas pelas corporações, o relatório destaca as antiquadas insuficiências da Lei das Sociedades, como um resultado da qual a Lei é incapaz de fornecer dados actualizados e protecção ampliada aos direitos dos accionistas. Direitos da concorrência, os direitos de defesa do consumidor e direitos de propriedade intelectual e credores quer tenham quadros jurídicos fracos e antiquados ou não estejam previstos por qualquer estatuto.
- 2.40 A responsabilidade das Sociedades Anónimas, conselheiros e directores é mínima devido a quadros legais e regulamentares inadequados e agências implementação da Lei. Segundo o relatório do auditor-geral, muitos ministérios do governo não estavam actualizados com suas contas e alguns, incluindo empresas estatais (EE), mantinham registos contabilísticos incompletos; daí a emissão de relatórios qualificados de auditoria. Embora haja melhorias na nomeação de órgãos de administração, as partes interessadas informam que mais ainda necessita ser feito para garantir que os directores sejam nomeados em tempo útil e em mérito.
- 2.41 As constatações do CRM revelaram uma inércia institucional através de todos os cinco objectivos, incluindo padrões e códigos. Uma tendência identificada pelo CRM foi a de muitas iniciativas que estão a ser lançadas, como o Sumário executivo 11, mas nunca concluído. Já foram também aludidos, o quadro legislativo e o processo prolongado de revisão das leis. A criação de um organismo nacional de um Órgão Regulador de Governança Corporativa está a ser preparado há mais de cinco anos. O processo de criação de um tribunal comercial, embora tenha sido concretizado, também levou muito tempo e ainda é, na melhor das hipóteses, um trabalho em curso. Esta é também a situação existente no que diz respeito à operacionalização do Sistema de Um Único Balcão (OSS), cuja implantação é considerada muito lenta.
- 2.42 A APR recomenda que o governo de Lesoto finalize e aprove várias pendentes normativas da legislação que são relevantes à promoção da boa governação corporativa, tais como a Lei de Sociedades Anónimas. Esforços também devem ser feitos para desenvolver um código nacional de governação corporativa e de concluir a criação de um organismo responsável pela promoção da boa



governança corporativa no país. Acima de tudo, são necessárias, acções de sensibilização e divulgação de informações sobre governança corporativa e de responsabilidade social. O sector privado pode desempenhar um papel mais importante a este respeito.

Desenvolvimento Socioeconómico

- 2.43 O Lesoto é predominantemente uma economia rural, com 76 por cento de sua população morando em áreas rurais. O país tem uma dotação muito limitada de recursos naturais, incluindo as terras agrícolas e de pastoreio, mas é ricamente dotado com água e, em menor medida, de diamantes e outros minerais. A terra arável é limitada, já que o país é muito montanhoso ou não cultivável. A pobreza no Lesoto é generalizada, sendo cerca de 56,7 por cento da população que vive abaixo da linha da pobreza. A expectativa de vida é estimada em 42 anos. Além disso, o declínio da taxa de crescimento populacional, juntamente com a alta prevalência de HIV e AIDS (23,2 por cento ou 270 mil adultos), significa que os recursos humanos limitados do Lesoto estão constantemente a ser esgotados.
- 2.44 Através de vários programas e estratégias nacionais, o governo do Lesoto tem, ao longo dos anos, vindo a comprometer-se a melhorar os padrões de vida do seu povo e do bem-estar da sociedade Bassuto, bem como a atingir uma distribuição mais justa da riqueza e benefícios de desenvolvimento para o seu povo. A visão 2020, adoptada em 2005, sublinhou a determinação do governo para alcançar uma série de objectivos nacionais, bem como proporcionar um quadro para a articulação de várias estratégias e programas para apoiar esta colectiva perspectiva. Apesar disso, o Lesoto é limitado pelos restritos recursos geográficos, económicos e humanos em que se encontra. O país está totalmente rodeado pela África do Sul, que é seu principal parceiro comercial. O país depende fortemente de sua quota de receitas da SACU e das remessas da força de trabalho de Bassutos empregados na África do Sul. Uma proporção significativa de capital fixo ou é propriedade estrangeira ou é financiada por empréstimos e subvenções. O objectivo principal do governo é o de fortalecer o sector de exportação dentro da SACU e da SADC e ir além do mercado Norte-Americano (UN) através dos acordos AGOA. Isto tem ajudado a ampliar o ambiente económico externo do país. Além disso, a penetração das exportações do Lesoto em mercados mundiais dependerá da competitividade dos produtos do país.
- 2.45 Os esforços do país para alcançar a autossuficiência e o desenvolvimento sustentado, para atingir as metas e objetivos dos ODM, melhorar a capacidade para os serviços básicos, e de diversificar e aumentar o nível de vida das pessoas em geral, são, em grande medida condicionadas pelos factores acima mencionados. O Lesoto atingiu um certo grau de autossuficiência em termos de manutenção de taxas relativamente baixas de despesas públicas, manter uma pequena percentagem de financiamento externo dos gastos totais do governo, e de ganhar a partir de remessas de fundos dos trabalhadores Bassutos na África do Sul, e a partir de fluxos de receitas da SACU e do FDI. No entanto, existem áreas críticas onde o progresso foi considerado como bastante limitado. A insegurança alimentar, por exemplo, é crónica e o país actualmente importa cerca de 70 por cento das suas necessidades alimentares. A economia não é diversificada, mesmo com o recente crescimento no



sector de manufaturação. O sector agrícola, em si fortemente caracterizado pela baixa produtividade dos pequenos agricultores de cultivo, está a sofrer com a forte degradação do solo. A recente política de desenvolvimento da agricultura em espaços reduzidos pode ajudar a trazer um avanço na produção de alimentos e pode incentivar o desenvolvimento da agroindústria. A diversificação económica exige também a utilização de áreas onde o Lesoto tem vantagem comparativa natural, tais como o turismo e água.

- 2.46 O compromisso do governo para atingir as metas de desenvolvimento é incorporado na Constituição, Visão 2020, a Estratégia de Redução da Pobreza (PRS) e outras estratégias e programas sectoriais. O governo também assinou e ratificou todos os códigos e normas no âmbito do APRM para o desenvolvimento socioeconómico. Contudo, a conformidade com alguns dos padrões e códigos é mista. No entanto, existem realizações visíveis na promoção do bem-estar social, que incluem, entre outros sucessos, o estabelecimento da pensão de velhice para os idosos que tem 75 anos ou mais. Esta iniciativa é, historicamente, a segunda de seu tipo na África subsaariana.
- 2.47 A pobreza generalizada e a alta desigualdade de rendimentos no país sugerem que um grande segmento da sociedade não pode alcançar a autossuficiência individual ou coletiva. Cerca de 56,6 por cento da população está classificada como pobre. A pobreza é generalizada tanto na zona rural como nos centros urbanos e é composta por altas taxas de desemprego, que foram aumentados pelo considerável despedimento dos trabalhadores Bassutos das minas na África do Sul. Não parece existir qualquer mecanismo estratégico para acolher estes retornados com produtividade. No entanto, o governo tem algumas iniciativas no lugar para treinar os jovens e as pessoas com deficiência, em particular, para os ajudar a estabelecer as suas próprias empresas, melhorando suas habilidades em áreas básicas. Todos estes esforços, não obstante, relacionados com a baixa produtividade, a pobreza e o desemprego só poderiam ser eficazmente enfrentados através da diversificação, reestruturação e engendramento de uma transformação drástica da economia do Lesoto.
- 2.48 O Lesoto tem feito alguns esforços para alcançar as metas e objetivos dos ODM. Têm havido sucessos notáveis. Um progresso significativo foi feito em termos de educação universal (as taxas de conclusão do ensino primário, etc.), a igualdade de género e a sustentabilidade ambiental. No entanto, o país está seriamente atrasado em termos de indicadores relativos à pobreza, mortalidade infantil e tuberculose (TB). A pandemia do HIV e SIDA constitui o obstáculo mais importante e devastador sobre o desenvolvimento do país e do seu futuro. O Lesoto registrou a terceira maior taxa de prevalência de HIV e AIDS, que varia entre 28,9 por cento e 31,7 por cento, a seguir ao Botswana e a Suazilândia. O HIV e AIDS está desproporcionadamente concentrado em áreas urbanas. A resposta do governo através de um Plano Estratégico Nacional do HIV e AIDS tem sido eficaz e é amplamente reconhecido pelas partes interessadas. Os indicadores de saúde também são preocupantes, particularmente nas áreas de mortalidade de menores de 5 anos e de mortalidade materna.



- 2.49 Tem havido sucessos louváveis nas áreas de educação primária, mas não tanto nas áreas do pré-escolar, secundário e terciário. As taxas líquidas de inscrição para o ensino primário eram cerca de 72 por cento em 2006. As inscrições das meninas são geralmente mais elevadas do que são as dos meninos em todos os níveis, com excepção ao nível primário, onde a paridade de género foi alcançada. O governo introduziu o ensino primário gratuito (FPE) em 1999, e começou a implementar essa política em 2000, abolindo gradualmente as taxas escolares. Mais de um milhão de livros didáticos e outros materiais de ensino foram gratuitamente fornecidos às escolas. As verbas orçamentais anuais para a educação também foram progressivamente elevadas, a partir de 18 por cento em 2003/2004 para 26 por cento em 2007/2008. Para fornecer incentivos para o aumento de inscrições, às crianças das escolas primárias são-lhes fornecidas refeições gratuitas.
- 2.50 Registaram-se progressos no fornecimento de água potável. Cerca de 74 por cento da população tem acesso a água potável através de uma variedade de métodos de abastecimento de água, incluindo unidades populacionais. O saneamento está atrasado, especialmente entre as comunidades mais pobres. O país, embora dotado de ambos os recursos energéticos renováveis e não renováveis, também tem um baixo nível de acesso à energia, nomeadamente de electricidade. A capacidade do país para suprir com os seus requisitos de fornecimento de electricidade e que tem vindo a diminuir e o Lesoto está actualmente a recuperar essas deficiências com electricidade de Moçambique e África do Sul. Um Programa de Eletrificação Nacional, relativo aos próximos 15 anos, deverá resultar num aumento substancial no fornecimento de electricidade. Outro impulso para a infraestrutura do país é o desenvolvimento da Estratégia de Informação e Comunicação. A nova política de informação e comunicação tecnológica (TIC) são previstas a proporcionar um quadro com a finalidade de estimular o desenvolvimento de infraestrutura avançada, a fim de ajudar a criar um ambiente propício melhor para o sector privado e FDI.
- 2.51 Os esforços feitos para alcançar a igualdade de género são altamente notáveis no Lesoto. A promulgação da Lei de Terras (1979) permitiu às mulheres o direito de ter acesso equitativo à terra. Existe em geral, uma forte vontade política de promover a igualdade de género no Lesoto. O governo deve ser creditado com a nomeação de nove mulheres no Conselho de Ministros, o que é equivalente a uma representação de 38 por cento. As mulheres também estão bem representadas nos distritos e conselhos locais. Na realidade as mulheres representaram cerca de 58 por cento dos conselheiros eleitos para os conselhos locais em 2005.
- 2.52 A participação das partes interessadas no processo de desenvolvimento, que o governo enfatiza vigorosamente, e amplamente defendido pelas comunidades e pelo NGO, deve tornar-se uma realidade. As partes interessadas são órgãos vitais de tomada de decisões e devem ser habilitadas a ser instrumentos eficazes de execução do programa, acompanhamento e avaliação. O processo de consulta é geralmente entendido como uma abordagem de cima para baixo. E extremamente necessário e crítico, uma estratégia de comunicação mais informada e efectiva para resolver esta questão.



- 2.53 O Painel do APR urge a finalização e a implementação do projecto de estratégia de crescimento, que tem o potencial para resolver problemas relacionados com a falta de diversificação, abordar a produtividade agrícola e, em geral, abordar a promoção do desenvolvimento socioeconómico. Outras recomendações fundamentais previstas neste relatório incluem a necessidade: de reforçar a capacidade dos recursos humanos; melhorar a prestação de contas do sector público com vista a melhorar a prestação de serviços; melhorar as inscrições no ensino, especialmente entre os meninos; aumentar o acesso ao tratamento antirretroviral; melhorar o acesso à eletricidade e a outras necessidades básicas; e aprofundar a participação alargada no processo de desenvolvimento.

3 Boas e melhores práticas

- 3.1 Na avaliação do Lesoto, as quatro melhores práticas foram identificadas e são brevemente descritas abaixo:

Reformas do sector de segurança

- 3.2 As reformas do sector de segurança envolveram o estabelecimento do controle civil das forças armadas e da polícia, em conformidade com o restabelecimento de uma ordem democrática a partir de 1993. As reformas do sector de segurança também envolveram medidas para profissionalizar e despolitizar os serviços de segurança. Estas medidas contribuíram para a realização da relativa paz e estabilidade no sistema político. 5.2 Monarquia Constitucional.

Monarquia Constitucional

- 3.3 A constituição de Lesoto de 1993 estabeleceu a monarquia constitucional e reconheceu a Constituição como a lei suprema do país. Esta foi uma confirmação de confiança e reverência que o Bassuto teve para com a sua forma tradicional de governação, bem como a confiança de que essa forma pode coexistir com um sistema estatal derivado de influências estrangeiras. As disposições constitucionais determinam as funções, as responsabilidades e os cargos do rei em relação aos outros órgãos de governação; portanto, eles forneceram um quadro de relações de trabalhos regulados e previsíveis que reduziram as incertezas políticas e os potenciais conflitos que poderiam desestabilizar a nação.

Reforma do Sistema Eleitoral

- 3.4 A ICE foi criada após uma alteração constitucional em 1997. É responsável pela administração das eleições para a Assembleia Nacional, o governo local e para a administração de referendos. Em 2002, o sistema do MMP foi adoptado após consultas substanciais entre os partidos políticos e outras partes interessadas. O sistema combina as eleições distritais para 80 membros eleitos do Parlamento numa base de sistema de eleição por maioria simples (FPTP) e um sistema de representação proporcional compensatória por 40 membros. O compromisso que foi negociado é altamente apreciado por ter afirmado a maturidade do Bassuto em conduzir o diálogo aberto e em encontrar as suas próprias



soluções para o conflito político. O sistema eleitoral reformado é creditado por ter melhorado a inclusão política, alargado a representação e conferindo legitimidade nas práticas políticas. Todos estes factores podem ter contribuído para a relativa paz e estabilidade que foram sentidos a partir de 2002.

Promoção dos Direitos das Mulheres

- 3.5 O Lesoto criou instituições, aprovou leis e desenvolveu políticas para promover os direitos das mulheres. A Lei da Capacidade Jurídica de Pessoas Casadas (Lei 9 de 2006) elimina eficazmente a discriminação contra as mulheres em todas as esferas da vida quotidiana (excepto em casos de herança), incluindo mulheres casadas de acordo com o direito consuetudinário. Em 2000, a Unidade de Género e de Protecção à Criança foi estabelecida. O Governo Local Alterou a Lei de 2004 (secção 4, subsecção 3) que requer 30 por cento dos assentos dos conselhos locais a serem reservados para representantes femininas. Estas reformas têm melhorado a igualdade de género e a representação política das mulheres no sistema político do país.

4 Questões Transversais

- 4.1 A análise temática revelou nove recorrentes questões que influenciam todas as áreas de governação e que requerem uma intervenção holística para que sejam encontradas soluções. Estas são as seguintes:

Implementação de códigos e padrões

- 4.2 A Implementação de códigos e padrões 6.2 de acordo com o Relatório de Autoavaliação do País (CSAR), o Lesoto tem aderido à maioria dos padrões de governação regionais e internacionais e aos códigos descritos no questionário do MARP em cada uma das áreas temáticas de governação mas não forneceu informações detalhadas sobre a extensão da ratificação e domesticação dos padrões e códigos. 6.2 Declínio do crescimento populacional.

Declínio do crescimento populacional

- 4.3 O declínio de crescimento da população do Lesoto é único para um país em desenvolvimento. As possíveis causas do declínio no crescimento da população incluem a migração, a queda da taxa de fertilidade, o aumento da mortalidade, a diminuição da expectativa de vida ao nascer e a pandemia de HIV e AIDS. Se as tendências actuais continuarem como até agora, o Lesoto será a confrontar-se com uma assustadora ameaça de que a sua população deixará de crescer, ou podem até mesmo diminuir abaixo do nível de reposição. Tais perspectivas devem ser uma questão de grande preocupação para o país. Estão a ser solicitadas Políticas urgentes para inverter estas tendências nas taxas de crescimento populacional.

Falhas na Prestação de Serviços e na Implementação Políticas



- 4.4 O CRM considerou ineficientes e ineficazes a prestação de serviços públicos e de implementação de políticas como sendo um dos principais problemas de governação no Lesoto, que são dignas de urgentes acções correctivas e resolutas. No sector público, isto é devido a uma série de factores, incluindo a falta de tecnologia, a má gestão, um mau ambiente de trabalho e baixa moral do pessoal. A prestação de serviços também é limitada pela confusão sobre as responsabilidades, devido a sobreposição de muitos papéis entre os ministérios, departamentos e divisões. O resultado é uma contínua luta de poder e conflitos entre os departamentos governamentais. A fraca coordenação dentro do governo leva a um planeamento pouco integrado. Outra área em que a prestação de serviços é considerada pobre é a da execução do orçamento.

Decentralização

- 4.5 O Lesoto tem as estruturas legais e políticas de descentralização e criou uma série de estruturas, a este respeito, incluindo as autarquias locais. Há, no entanto, desafios significativos para a descentralização: capacidade inadequada das partes interessadas, de vereadores aos funcionários de autarquias e ministérios a nível distrital, para as comunidades; pobre descentralização fiscal; falta de recursos para o desenvolvimento de infraestruturas distritais e comunitárias, tais como estradas secundárias, pontes, abastecimento de água em aldeias, etc.; e as tensões não resolvidas entre as autarquias recém-criadas e os chefes tradicionais, especialmente na área de alocações de terras e locais.

Responsabilidade Pública e corrupção

- 4.6 A pobre responsabilização dos funcionários públicos afecta negativamente a prestação de serviços públicos. Os predomínios de percepções da corrupção também são fortes. Na luta contra a corrupção e no aumento da responsabilização pública, o Lesoto deve considerar reformar o sistema da contabilidade pública, auditoria e comunicação. A clarificação dos papéis e das responsabilidades das instituições de prestação de serviços, a construção das suas capacidades e a forma adequada de mobilização de recursos irá também aumentar a eficiência e melhorar a responsabilização de prestação pública. Específico à corrupção há uma necessidade de criar uma agência de recursos anticorrupção, redefinir o seu mandato e racionalizar as suas funções de modo a que se concentre apenas no combate à corrupção.

Excessiva Dependência em Ajuda

- 4.7 A dependência da ajuda faz o Lesoto extremamente vulnerável a desenvolvimentos adversos na economia mundial, em particular na dos países doadores. A extrema dependência de ajuda, particularmente no aspecto de financiamento de formação de capital, também pode representar riscos de longo prazo para Lesoto em termos de promoção de políticas para o financiamento do desenvolvimento sustentável e do planeamento eficaz de desenvolvimento. A fim de reduzir a vulnerabilidade potencial resultante da excessiva dependência de ajuda, o governo do Lesoto deve tentar alargar a base tributária e melhorar a eficiência da cobrança de impostos.



Desemprego e mão-de-obra migrante

- 4.8 Os altos níveis de desemprego têm, por bastante tempo, caracterizado o cenário económico e social do Lesoto. Historicamente, a migração laboral do Bassuto para a África do Sul contribuiu para a redução do desemprego no Lesoto. Actualmente, o grande número de demitidos trabalhadores migrantes Bassutos coloca desafios tanto económicos como sociais. O Painel do AAP recomenda várias medidas para aumentar as oportunidades nacionais de emprego, incluindo o desenvolvimento empresarial indígena. Existe uma necessidade de se concentrar no desenvolvimento de instrumentos e medidas que se baseiam no princípio de maximizar a vantagem comparativa para atrair indústrias Sul-africanas e para penetrar mercados Sul-Africanos. No contexto da livre circulação trabalhista e da livre movimentação de capital, o Lesoto também deve iniciar negociações com o governo Sul-africano e com as entidades patronais para que revejam as políticas e evitar possíveis demissões discriminatórias de trabalhadores Bassutos.

A pandemia do HIV e SIDA no Lesoto

- 4.9 O Lesoto tem a terceira maior prevalência do HIV em adultos no mundo, situando-se em actualmente 23,2 por cento, e há um número estimado (em 2007) 62 novas infecções e cerca de 50 mortes por dia. As principais partes interessadas (governo e parceiros de desenvolvimento) reconhecem a pandemia do HIV como uma grande ameaça para a sobrevivência do país, dada a pequena população de 1,8 milhões e uma lenta taxa de crescimento populacional de 0,1 por cento. O governo do Lesoto tem implementado diversas estratégias de prevenção do HIV, incluindo campanhas de educação, iniciativas de prevenção do HIV baseadas no trabalho, orientadas aos grupos de alto risco, a prevenção da transmissão de mãe para filho, a circuncisão masculina, e a mudança de comportamento. Mas é também o caso de que o comportamento sexual está enraizado em atitudes tradicionais e crenças que estão fortemente arraigados e são difíceis de mudar.

Lesoto como um enclave de política económica

- 4.10 Uma das consequências da sua posição geográfica é que o Lesoto tem poucas alternativas de desenvolvimento. Está limitado ao seu pequeno tamanho e dotes de baixos recursos. Portanto, o Lesoto enfrenta uma vulnerabilidade considerável que poderá ser uma fonte de instabilidade, como o proteccionismo Sul-Africano e choques exógenos na economia global. Politicamente, o Lesoto é severamente restringido; por outro lado, a África do Sul fechou as suas fronteiras, em meados da década de 1980, a fim de influenciar as decisões políticas do Lesoto. O efeito geral é que o Lesoto está severamente limitado na sua capacidade de determinar as políticas de desenvolvimento autónomas e sustentáveis.



